

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 29/2023, em que é recorrente **Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 135/2023

*(Autos de Amparo 29/2023, Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento v. STJ, Aperfeiçoamento por Deficiente Indicação da(s) Conduta(s) Impugnada(s); falta de especificação do amparo pretendido e Omissão de Junção de Documentos Essenciais à Instrução do Pedido)*

### I. Relatório

1. A Senhora Crisolita da Lapa Gomes Martins do Livramento, interpôs recurso de amparo, impugnando o *Acórdão STJ 114/2023, de 30 de maio*, arrolando, para tanto, argumentos que se pode sumarizar da seguinte forma:

1.1. Alega que ao ser notificada do acórdão do qual recorre requereu a reparação dos seus direitos fundamentais e o pronunciamento sobre a constitucionalidade de algumas normas sem, no entanto, ter sucesso;

1.2. Entende ter esgotado todas as vias ordinárias que tinha ao seu dispor, na medida que o Tribunal recorrido julgou improcedente o seu recurso, aplicando-lhe uma pena de cinco anos e seis meses de prisão, ignorando por completo o facto de se encontrar inserida na sociedade e não ter delinquido há mais de dez anos depois da data da prática dos factos, e não ter respondido ao seu pedido de reparação dos seus direitos fundamentais;

1.2.1. Referindo-se ao *iter* processual diz que o Tribunal Judicial da Comarca de São Nicolau condenou-a na pena de quatro anos e seis meses de prisão pelo crime de peculato, dois anos de prisão pela prática do crime de falsificação ou alteração de documento e, uma vez feito o cúmulo jurídico, foi-lhe aplicada uma pena única de cinco

anos de prisão, “suspensa na sua execução, sob condição de entregar a quantia de 8.180.990\$00, no prazo de 90 dias”;

1.2.2. Dessa decisão, o Ministério Público (MP) assim como a recorrente, intentaram recurso, tendo o MP requerido a agravação da pena aplicada em primeira instância com prisão efetiva, o que deixa entender se encontrar a fls. 336 e seguintes dos autos.

1.3. Segundo narra na sua PI, compulsados os autos, constatou que não tinha sido notificada do recurso do MP e muito menos do parecer do Procurador de Circulo, junto do Tribunal da Relação de Barlavento, que rejeitou o seu recurso, por falta de fundamentação, decisão que também não lhe teria sido notificada pessoalmente;

1.3.1. No entanto, esse mesmo Tribunal concedeu provimento ao recurso interposto pelo MP e alterou a pena parcelar aplicada à arguida para 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses de prisão, pelo crime de peculato, na forma continuada, p. e p. pelo artigo 366º, com referência aos artigos 139º, 259º e 34º, todos do Código Penal (CP);

1.3.2. Defende que as omissões que ocorreram no processo constituem nulidades insanáveis, nos termos dos artigos 77º, nº 1 al. a) e b), 142º, nº 2 e 151º, al. h), todos do CPP, que podem ser suscitadas a todo o tempo;

1.3.3. Acrescenta que o facto de os recursos terem sido julgados em conferência e não em audiência pública, respeitando o princípio do contraditório, conforme determinado na lei, constitui também nulidade e violação de direitos fundamentais, por omissão da publicidade da audiência, que pede que seja reparada.

1.4. Diz ser primária, mãe de dois filhos menores, casada, chefe de família, estar integralmente inserida na sociedade e que existe um acordo com a CMRB no sentido de reparar danos, através da devolução do valor de que se locupletou, não tendo, desde a data da sentença, há mais de dez anos, sido alvo de qualquer outro tipo de processo criminal. Na sequência, aproveita para arguir que ignorar as nulidades insanáveis apontadas, não dar procedimento ao seu recurso e negar a reparação dos seus direitos fundamentais, com os fundamentos apresentados no acórdão recorrido, viola o direito à presunção de inocência, contraditório, ampla defesa, processo justo e equitativo e publicidade da audiência, consagrados nos artigos 22º e 35º nº 1, 6, 7 e 9 da CRCV.

1.5. Alega ter sido notificada do Acórdão do Supremo tribunal de Justiça (STJ) no dia 20 de junho de 2023 e que, por isso, não tem dúvidas que o seu recurso de amparo é tempestivo, que lhe assiste legitimidade e que foram esgotados todos os meios ordinários que tinha ao seu dispor.

1.6. Termina o seu requerimento com pedido de que o seu recurso seja:

1.6.1. Admitido;

1.6.2. Escrutinado e decidido sobre a obrigatoriedade de notificação dos pareceres e recursos do MP e do Acórdão do TRB, diretamente e na pessoa da recorrente, e se não constituiria nulidade insanável e violação dos direitos fundamentais o facto de o tribunal recorrido ter julgado o recurso em conferência e não em audiência contraditória pública (artigos 461º, 463 e 464 do CPP e 22º, 35º nº 1, 7 e 9 da CRCV);

1.6.3. Seja julgado procedente e, consequentemente, revogado o *Acórdão 114/2023, de 30 de maio de 2023*, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências;

1.6.4. Sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados e ordenar ao órgão recorrido que cumpra as formalidades legais e repare vícios (artigo 470º do CPP).

1.7. Juntou duplicados legais e documentos.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para a emissão de parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito S. Excia. o Sr. Procurador-Geral da República, para tanto, articulando os seguintes argumentos:

2.1. Afigura-se-lhe que, conforme instruídos os presentes autos, o Ministério Público não possuiria condições para se pronunciar sobre a admissibilidade ou rejeição do presente recurso;

2.1.1. Os autos estão destituídos de documentos necessários para se aferir da veracidade dos factos alegados pela recorrente na PI e também não se encontrariam apenso os autos de “recurso ordinário nº 02/017”;

2.1.2. A recorrente alega ter impetrado o presente recurso contra o *Acórdão STJ 114/2023, de 23 de janeiro*, mas, no entanto, não junta aos autos a cópia da certidão de notificação, o que não lhe permite aferir da tempestividade do mesmo;

2.1.3. Entende, entretanto, que mesmo que esteja em tempo e tenha legitimidade, o que lhe parece certo, e tenha exposto as suas razões, parece-lhe necessário o devido exame e apreciação dos autos a fim de se verificar se realmente ocorreram as omissões de notificação reclamadas pela recorrente;

2.1.4. É de parecer que o recurso de amparo constitucional interposto carece de aperfeiçoamento nos termos do artigo 8.º, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 31 de julho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim*

*Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina

Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer



os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição;

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria, eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação;

2.3.4. Na presente situação, a recorrente apresentou a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo e integrou um segmento conclusivo, resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. No entanto, tal como se referiu o Digníssimo Representante do Ministério Público no douto parecer que se encontra junto aos autos, a recorrente não juntou documentos importantes para se aferir da veracidade dos factos alegados na sua PI, assim como outros documentos que permitiriam a verificação dos pressupostos de admissibilidade do seu recurso de amparo. Nomeadamente, a certidão de notificação do acórdão recorrido, na medida em que o mesmo foi prolatado no dia 30 de maio de 2023

e o recurso da recorrente só viria a dar entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no 18 de julho às 20:09, tendo a recorrente alegado que teria sido notificada desse acórdão no dia 20 de junho de 2023;

2.3.5. Como ficou assente no *Acórdão 59/2023, de 26 de abril de 2023, Dénis Delgado Furtado v. STJ, Aperfeiçoamento por obscuridade na identificação das condutas impugnadas; por deficiência na identificação das entidades alegadamente responsáveis pela prática dos factos; por não explicitação do modo como a suposta violação de direitos de terceiros repercute sobre os direitos do recorrente e por falta de junção de documentos essenciais à aferição de admissibilidade do amparo*, Rel: José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, de 22 de maio de 2023, pp. 1251-1253, “[o] recorrente tem um prazo judicial de vinte dias para interpor um recurso de amparo, o qual, registe-se, não sobe nos autos. Logo, possui tempo suficiente para requerer a certidão de todo o processado caso entenda conterem elementos que o Tribunal Constitucional deva considerar ou para juntar toda a documentação que tenha por necessária para efeitos de apreciação do amparo. A peça de amparo que integra esses elementos deve ser autossuficiente. Disso decorrendo que, em princípio, serão considerados só os que forem autuados, caso deles se logre inferir todas as informações que o Coletivo precise para apreciar se o recurso é admissível. Caso contrário, emite-se acórdão de aperfeiçoamento, o qual deverá ser cumprido dentro do prazo legal para que a instância prossiga”;

2.3.6. E, com efeito, a não junção de documentos pertinentes à aferição de admissibilidade, além de dificultar um pronunciamento informado do Ministério Público a esse respeito, priva o Tribunal constitucional de aceder a elementos indispensáveis para promover esse juízo, nomeadamente porque não se trata de recurso que suba nos autos. Por essa razão, integram o recurso de amparo todos os documentos necessários à aferição de admissibilidade, de tal sorte que ele seja autossuficiente no sentido de o Tribunal Constitucional poder decidir sobre a admissibilidade com base exclusiva naquilo que for autuado. Ademais, o recurso de amparo é um recurso célere, que não se compadece com a necessidade sistemática de o Tribunal Constitucional requisitar autos ou certidões de peças processuais aos tribunais judiciais, perdendo tempo e onerando desnecessariamente esses órgãos de soberania, para obter peças que já estão na posse dos recorrentes, os principais interessados, e que devem obrigatoriamente acompanhá-lo. Por conseguinte, quem deve carrear para os autos as peças que sejam necessárias à aferição de

admissibilidade são os próprios recorrentes, sendo exigência incontornável que, no mínimo, e desde o momento da interposição, juntem cópias das peças que protocolaram ou que lhes foram notificadas, nomeadamente, a decisão recorrida, a certidão de notificação, as decisões proferidas pelos órgãos judiciais e que contenham os atos ou omissões que julguem terem violado os seus direitos, os pedidos de reparação que tenham apresentado e o mandato forense que habilita a representação.

2.4. No caso em análise, o que se observa é que a instrução do processo foi feita de forma imperfeita, o que não só impede a esta Corte analisar a possibilidade de admissão do presente recurso de amparo, como inviabilizou a emissão de parecer do Ministério Público.

2.4.1. Nomeadamente, porque alegações sobre condutas que poderiam indiciar nulidades insanáveis, não se encontram devidamente consubstanciadas por elementos. Com efeito, a recorrente repete ao longo da sua PI, haver omissão de notificação direta e pessoal de várias decisões dos órgãos que intervieram no processo que, a seu ver, constituem nulidades insanáveis violadoras dos seus direitos fundamentais, e pede que tais situações sejam analisadas por esta Corte. Todavia, não junta aos autos, o recurso intentado para o TRB, nem o acórdão prolatado por esse Tribunal, o recurso que dirigiu ao Egrégio STJ e as páginas dos autos que ele terá compulsado, como afirma no parágrafo 10 da sua douta peça, e que seriam relevantes para o Tribunal verificar as omissões a que se refere. Assim como também não anexa a peça na qual requereu que o julgamento do recurso que dirigiu ao Egrégio STJ fosse realizado em audiência pública contraditória;

2.4.2. Acresce que também não carrou para os autos a certidão da notificação do *Acórdão STJ 114/20223, de 30 de maio*, ou documento equivalente, para se verificar se o recurso foi tempestivamente interposto e se a decisão de que recorre já não teria transitado em julgado;

2.4.3. A parte em que aparentemente pretende destacar as condutas que pretende impugnar, nomeadamente o parágrafo 33º da sua peça, deve ser corrigida porque o que fez através da mesma foi dirigir ao Tribunal pedidos de parecer com questões abstratas e quase académicas quando diz que pretende que se escrutine “a obrigatoriedade de notificação do recurso do MP, do acórdão do TRB, diretamente e na pessoa da recorrente, enquanto arguida e titular do processo” e “se não constitui nulidade insanável e violação

dos direitos fundamentais, quando o tribunal recorrido julga o recurso em conferência e não em audiência contraditória”. O que deve fazer é identificar atos, factos ou uma omissões concretos, atribuíveis efetivamente ao órgão judicial recorrido, até para que o Tribunal Constitucional possa verificar se aquele, de facto, os praticou.

2.4.4. Além disso, a fórmula utilizada para pedir o amparo dos direitos fundamentais alegadamente violados, no sentido de se revogar o *Acórdão STJ 114/2023, de 30 de maio*, e restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados, ordenando que o órgão recorrido cumpra as formalidades legais e repare os vícios é muito genérica, não correspondendo à assertividade imposta pelo artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

2.5. Sendo assim, torna-se imperioso ordenar a notificação da recorrente para, no prazo estabelecido pela lei, carrear para os documentos necessários para que o Tribunal possa escrutinar se estão reunidos os requisitos de admissibilidade estabelecidos na lei e indicar com a máxima precisão qual(is) a(s) conduta(s) que pretende que este Tribunal sindique e o(s) concreto(s) amparo(s) que pretende que seja(m) conferido(s) pelo Tribunal Constitucional para que sejam restabelecidos os seus direitos fundamentais.

3. Submetida a peça de aperfeiçoamento e juntados os documentos determinados pelo acórdão,

3.1. O recurso será analisado para efeitos de admissibilidade pelo tribunal, nos termos da lei;

3.2. Não sem antes remeter-se esses elementos ao Ministério Público para que esta entidade possa emitir o seu parecer.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos em plenário decidem ordenar a notificação da recorrente para aperfeiçoar o seu recurso:

- a) Juntando aos autos a certidão de notificação do acórdão recorrido;

- b) Carreando para os autos o requerimento através do qual terá solicitado que o julgamento do recurso ordinário que impetrou junto ao STJ fosse realizado em audiência pública contraditória;
- c) Anexando o recurso intentado para o TRB, o acórdão prolatado por esse Tribunal, o recurso que dirigiu ao Egrégio STJ e as páginas dos autos relevantes para o Tribunal verificar as omissões de notificação a que se refere;
- d) Clarificando a(s) conduta(s) que pretende que o Tribunal escrutine;
- e) Especificando qual(is) o(s) amparo(s) que pretende que lhe seja(m) outorgado(s) para que sejam restabelecidos os seus direitos, liberdades e garantias fundamentais alegadamente violados.

Registe, notifique e publique.

Praia, 03 de agosto de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, 03 de agosto de 2023

O Secretário,

*João Borges*